

Em pronunciamento na TV, Haddad anuncia 'economia' de R\$ 70 bi sem usar palavra 'corte'

Ministro da Fazenda afirma que decisões tomadas pelo governo 'exigem coragem, mas são as escolhas certas'



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Pedro Ladeira/Folhapress

BRASÍLIA Em um pronunciamento de 7 minutos e 18 segundos em cadeia de rádio e TV, Fernando Haddad anunciou medidas que, segundo ele, vão gerar economia de R\$ 70 bilhões para as contas públicas nos próximos dois anos. O ministro, no entanto, não usou a palavra "corte" nenhuma vez.

"As decisões que tomamos, a partir de hoje, exigem coragem, mas sabemos que são as escolhas certas porque garantirão um Brasil mais forte, mais justo e equilibrado", disse o ministro.

A expectativa pelo pronunciamento causou impactos no mercado financeiro durante o dia. A divulgação da notícia de que a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física seria elevada para R\$ 5.000 provocou disparada do dólar, que fechou a R\$ 5,91, maior valor nominal da história.

Vista como populista pelo mer-

cado financeiro, a correção da tabela é promessa de campanha de Lula, que cobra a medida de Haddad desde o início do governo.

Segundo o ministro, a medida não trará impacto fiscal porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará mais imposto.

O pacote, aguardado havia semanas, inclui ainda medidas para a previdência de militares, o salário mínimo e o teto do funcionalismo público. "Vamos corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional", disse. "Para garantir os resultados que esperamos, em caso de déficit primário, ficará proibida a criação, a ampliação ou a prorrogação de benefícios tributários."

Sem detalhar, o ministro confirmou mudanças na aposentadoria dos militares, com a instituição de idade mínima para a

ida para a reserva e a limitação de transferência de pensões. A idade de aposentadoria deve ser fixada em 55 anos, e o governo deve colocar fim ao pagamento de pensão para familiares de militares expulsos das Forças, os chamados "mortos fictícios", que custam só para o Exército cerca de R\$ 20 milhões por mês.

Haddad também anunciou alterações no abono salarial do PIS/Pasep, com a limitação do pagamento a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo. Hoje, tem direito ao benefício quem ganha até dois pisos.

O ministro, no entanto, não falou em limitação. "Para atender às famílias que mais precisam, o abono salarial será assegurado a quem ganha até R\$ 2.640. Esse valor será corrigido pela inflação nos próximos anos e se tornará permanente quando correspon-

O que foi anunciado por Haddad

ISENÇÃO DO IR

- Aumento da isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000 por mês
- Hoje, é isento quem ganha até 2 mínimos (ou R\$ 2.824)

TRIBUTAÇÃO DOS MAIS RICOS

- IR maior para quem ganha mais de R\$ 50 mil

ABONO SALARIAL

- Restrição do pagamento a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo
- Hoje, tem direito ao benefício (de até 1 mínimo) quem ganha até 2 pisos

MILITARES

- Mudanças em regras, como idade mínima de 55 anos para aposentadoria e limitação de transferência de pensões

EXCESSOS E TETO

- Corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional do funcionalismo

EMENDAS PARLAMENTARES

- Total crescerá abaixo do limite das regras fiscais

SALÁRIO MÍNIMO

- Continuará subindo acima da inflação (não foi anunciada oficialmente a nova regra)

der a um salário mínimo e meio", disse ele no pronunciamento.

Sobre o salário mínimo, o ministro disse que o governo já devolveu ao trabalhador o ganho real, outra promessa de campanha, mas que agora estará sob novas regras. "Esse direito, esquecido pelo governo anterior, retornou com o presidente Lula. E, com as novas regras propostas, o mínimo continuará subindo acima da inflação, de forma sustentável e dentro da nova regra fiscal."

A intenção da equipe econômica é limitar o ganho real do piso, seguindo as mesmas regras do arcabouço fiscal — cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Pela regra atual, o salário mínimo teria ganho real de 2,9% em 2025, conforme o desempenho do PIB de dois anos antes. Em 2026, a alta seria acima de 3%, considerando as projeções para o crescimento neste ano.

Em ambos os casos, a valorização supera o ritmo de expansão do arcabouço, o que por si só poderia criar uma pressão por dentro da regra, levando ao achatamento de outras despesas.

Como antecipou a Folha, limitar os ganhos reais do mínimo pode render uma economia de R\$ 11 bilhões até 2026. A conta considera um aumento de 2,5% acima da inflação no ano que vem, no limite permitido pela regra fiscal, e de 2% em 2026, em linha com a expansão prevista para o teto de despesas naquele ano.

Haverá limitações nas emendas parlamentares, como a Folha havia adiantado.

Haddad vinha repetindo havia mais de duas semanas que as medidas estavam prontas. Os sucessivos adiamentos desgastaram a imagem do ministro ao evidenciar as dificuldades políticas para estruturar o plano. A demora alimentou as expectativas do mercado e elevou a pressão por um pacote robusto e com números críveis. Ana Pompeu, Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Catia Seabra

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15